



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 85

III Sessão Legislativa

Horta, Sexta-Feira, 28 de Janeiro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 07 minutos.

Agenda da Reunião:

1. Continuação da discussão do Projecto de Resolução n.º 33/2010 – “Campanha vitivinícola 2009/2010”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudio Lopes (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

2. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 2/2011 – “Recomenda a abertura dos concursos interno e externo do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, em cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP;

Justificado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Graça Teixeira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Zuraída Soares (*BE*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

3. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2011 – “Alargamento da

remuneração compensatória aos funcionários das autarquias locais”, apresentado por um grupo de deputados;

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

5. Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2011 – “alargamento da remuneração compensatória aos funcionários das autarquias locais”, apresentado por um grupo de deputados;

A apresentação do projecto coube ao Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*), António Marinho (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), e ainda do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por maioria.

6. Pedido de autorização para depoimento, na qualidade de testemunha, do Deputado Artur Lima, nos autos do processo n.º 1330/10.9.TFLSB, a correr termos no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, **o qual foi aprovado por unanimidade.**

7. Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de Janeiro, **aprovada também por unanimidade.**

(Os trabalhos terminaram às 12 horas e 54 minutos)

Presidente: Muito bom dia! Vamos iniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos começar com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge
Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues
José Gaspar Rosa de Lima
José Manuel Gregório de Ávila
José de Sousa Rego
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Manuel Herberto Santos da Rosa
Maria da Graça Lopes Teixeira
Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco Amaral
Paula Cristina Dias Bettencourt
Ricardo Manuel Viveiros Cabral
Rogério Paulo Lopes Soares Veiros
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos
António Augusto Batista Soares Marinho
António Pedro Rebelo Costa
António Lima Cardoso Ventura
Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins
Cláudio Borges Almeida
Cláudio José Gomes Lopes
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas
Francisco da Silva Álvares
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
Jorge Alberto da Costa Pereira
Jorge Manuel de Almada Macedo
José Francisco Salvador Fernandes
Luís Carlos Correia Garcia
Mark Silveira Marques
Pedro António de Bettencourt Gomes
Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira
Artur Manuel Leal de Lima
Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa
Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Eu pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência o favor de se aproximarem da mesa.

Vamos continuar a discussão do Projecto de Resolução “Campanha vitivinícola 2009/2010”.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes. O PSD dispõe de 2 minutos.

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado António Pedro Costa).

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, levianamente, alguns Srs. Deputados, nesta casa, falaram de falta de seriedade e de desonestidade política.

Na minha vida pessoal, profissional e política não me considero nem menos sério, nem mais desonesto do que qualquer um dos Deputados que o proferiram.

Em nome da verdade queria prestar aqui mais alguns esclarecimentos, ou seja, pôr os “pontos nos ii”, em relação àquilo de que me acusaram.

Falaram em alteração do texto do Projecto de Resolução. Na verdade a pedido do Grupo Parlamentar do PS, eu como proponente do Projecto de Resolução, alterei substancialmente muito pouco o texto original, para que fosse consensualizada a aprovação deste Projecto.

Assim se procedeu e a parte do texto que foi alterada foi exactamente aquela que ontem li na tribuna e que se tiverem dúvidas podem ter acesso à gravação do debate de ontem. Não foi nem mais, nem menos.

Dizia-se o seguinte, e ainda diz, no presente Projecto de Resolução: “para que os Serviços de Desenvolvimento Agrário reforcem o acompanhamento das explorações vitícolas, por forma a manter um aconselhamento atempado de cariz técnico”. O texto anterior dizia apenas “que implemente um sistema mais eficaz e eficiente de acompanhamento técnico junto das explorações”.

Como vêm entre “implemente” e “reforce” não há grande diferença.

Os senhores ao proporem no texto o “reforce” estão exactamente a reconhecer que os serviços não actuaram dentro do quadro de responsabilidades que tinham.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): É um conceito de palavra bem diferente!

O Orador: O que está aqui em causa é a aprovação ou não do texto da Resolução e não a aprovação do debate político que aqui ontem foi feito.

O que está em causa é o texto que já foi aprovado em Comissão e que hoje aqui será ou não aprovado, de acordo com a vossa vontade política.

Se não tiverem vontade política para o fazer, digo-vos muito claramente e sem qualquer arrogância, o Grupo Parlamentar do PSD não precisa de nenhum favor especial do vosso Grupo Parlamentar para aprovar este Projecto de Resolução.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso irá revelar a vossa incoerência e revelará também a vossa falta de vontade política em aprovar uma proposta justa e séria do PSD, aliás reconhecida pelo próprio Governo, que fez sair uma portaria nesse sentido e fê-la sair 4 dias antes do debate ser feito nesta Assembleia.

A portaria sai no dia 17, o debate desta proposta realiza-se a 21 do mesmo mês. Portanto com 4 dias de antecedência sair uma portaria que se antecipa a um projecto de recomendação é no mínimo qualquer coisa que não queria agora adjectivar de “pressa” do Governo.

Presidente: Tem de terminar Sr. Deputado.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

Ainda em relação à portaria, porque ontem dirigi-me directamente ao Sr. Secretário, de duas, uma: ou esta portaria responde efectivamente aos objectivos que eu acho que o senhor e a sua secretaria têm, que é de ajudar a compensar os prejuízos ocorridos e então o senhor desconhece os valores que estão em causa e que são indignos para os prejuízos que houve, ou se o senhor tem consciência plena dos valores que estão em causa isto é um acto de humilhação e de indignidade para os trabalhadores e vitivinicultores desta Região que, de forma esforçada e com muito suor, retiram da terra o seu trabalho e o sustento das suas famílias.

Presidente: Estava inscrito o Sr. Deputado Duarte Freitas, mas o tempo do PSD esgotou-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto não estava para intervir mais mas face à intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes, fica aqui registado que o Sr. Deputado deve ter dormido mal esta noite para pensar no assunto.

A Comissão de Economia ou qualquer outra comissão servem para debater os diplomas antes de subirem a esta casa e é em sede de Comissão que se chega ou não a consensos para viabilizar ou não os documentos.

Deputado João Costa (PSD): O senhor acabou de revogar o Regimento!

O Orador: O PS em comissão não tem tido a atitude que o PSD recorrentemente tem tido de se abster com reserva para o Plenário em todos os diplomas que lá aparecem.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, isso é um argumento estafado!

O Orador: O Deputado Cláudio Lopes vir aqui dizer que implementar e reforçar é a mesma coisa, é passar um atestado de ignorância a todos os Deputados desta casa em termos de português.

Implementar é uma acção que não existe. Reforçar é uma acção que já existe.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Mais eficaz!

O Orador: Pode ser mais eficaz ou menos eficaz.

O que nós concordámos em sede de Comissão, e é isso que nós vamos votar aqui hoje, é que se reforce, perante condições excepcionais como ocorreram durante o Inverno 2009/2010, o acompanhamento. É isso que está aqui em causa.

Perante condições excepcionais, respostas excepcionais.

Não é sério politicamente, em sede de comissão, dizer uma coisa para ter a anuência do PS, para ter a aprovação do PS e desta bancada e vir aqui fazer precisamente o contrário, como o senhor fez naquela tribuna e como continua a fazer.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Oiça a gravação de ontem, para ser sério!

A vossa especialidade é confundir com palavras as ideias!

O Orador: Isso não é sério, que fique aqui registado!

Perante esta casa e principalmente perante os viticultores da Ilha do Pico é preciso que se diga que o PS desde o início acompanhou o processo, esteve atento, o Governo esteve atento, fez sair uma portaria e neste momento estamos a votar e vamos votar favoravelmente porque somos pessoas de palavra e não dizemos uma coisa em Comissão e aqui outra.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, eu não vou falar dos méritos ou deméritos da proposta do PSD, porque acho que não faz sentido falar sobre isso, nem sequer vou falar da minha posição pessoal relativamente à proposta, porque o que releva é a posição do meu Grupo Parlamentar, e como alguém muito bem me lembrou, quem só bebe *ice-tea* nem sequer devia falar destas coisas do vinho. Devo dizer-lhe o seguinte.

A actividade vitivinícola no Pico é muito importante como o Sr. Deputado sabe. A Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico tem duzentos e tal cooperantes activos o que é muito significativo, são muitas famílias e um ano como tivemos na última campanha penalizou muito estas famílias. Agora querer associar o apoio atribuído por portaria à perda total ou integral ou aos prejuízos totais que os agricultores tiveram é profundamente demagógico.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Disse isso ontem! Não ouviu a minha intervenção?

O Orador: Pode produzir efeitos políticos na Criação Velha mas é profundamente demagógico.

Trata-se apenas de um apoio, não é reposição nem nunca poderia ser a reposição integral dos apoios que foram atribuídos.

Uma chamada de atenção, aliás ontem já trocámos impressões entre os dois.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Que o senhor recomendou ao Governo e o Governo não ouviu!

O Orador: Eu penso que não é justo dizer que os técnicos dos serviços assistiram de bancada ao que se passou.

Eu sei, e o Sr. Deputado Cláudio Lopes também sabe, que os técnicos dos serviços, particularmente nesta matéria...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Em relação a esta matéria é verdade!

O Orador: ... na questão vitivinícola, são técnicos muito competentes, altamente empenhados e que estão permanentemente no terreno.

É profundamente injusto afirmar que estes técnicos assistiam de bancada ao que se passou.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Eu conheço os profissionais do Pico!

Falta orientação política! Os técnicos são bons!

O Orador: Eu não me considero à altura de discutir estas questões técnicas com o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Se não está à altura não faça essas afirmações!

O Orador: Eu sei muito bem do que falo, quando falo e por que é que falo.

Os senhores, não só relativamente a esta matéria mas relativamente a muitas outras, já perceberam isso.

Eu não estou a discutir as questões técnicas, não estou à altura de as discutir.

Estou apenas a dizer que é profundamente injusto, e o Sr. Deputado Cláudio Lopes sabe que é profundamente injusto afirmar que os técnicos dos serviços assistiram de bancada ao que se passou. Não é verdade! É falso e é profundamente injusto para com esses profissionais altamente dedicados, muito competentes, que dedicam todo o seu tempo a esta actividade.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): A culpa não foi deles! É de quem manda neles!

O Orador: Por outro lado, gostava de lembrar a todos que é óbvio que a reestruturação da vinha e da produção do vinho do Pico não começou em 96 com a chegada do PS ao Governo. É evidente que todos sabem isso.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Ninguém diria! Olhe a surpresa!

O Orador: Mas é óbvio que também todos nós sabemos o que durante uma década aconteceu no desenvolvimento de todo este processo.

Todos nós sabemos o que seria actualmente a produção vitivinícola na Ilha do Pico se não fossem os governos socialistas.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Dez anos parados em termos de experimentação vitivinícola!

O ensaio que lá está é do meu tempo!

O Orador: O que é que seria a produção vitivinícola na Ilha do Pico se não fossem os projectos e os apoios desenvolvidos pelos governos socialistas?!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Há 20 anos o senhor não conhecia nada do sector. Estava em Lisboa!

O Orador: O que é que seria a Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico depois de anos de gestão incompetente sem os apoios prontos e atempados do Governo Regional e sem a actual gestão, que reconheço, bastante competente?!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Tem que conhecer o passado para falar daquela casa!

Os associados reconhecem o trabalho de Jaime Jorge que não teve o apoio deste Governo durante 12 anos!

O Orador: O que seria o Pico em termos de produção vitivinícola? O que seria a Região em termos de produção vitivinícola se não fosse a intervenção dos governos socialistas e a gestão competente da actual Cooperativa e naturalmente do trabalho desenvolvido ao longo destes anos pela CVR Açores?

Isso é que é importante relevar.

Ficava muito bem ao Sr. Deputado Cláudio Lopes reconhecer a competência e a dedicação destes técnicos que no terreno dão apoio aos produtores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos serenar o debate, embora mantendo-o vivo com está.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Lizuarte Machado veio agora com uma nova versão do dia da criação, como se o vinho e esta enorme tradição na Ilha do Pico tivesse nascido com o PS.

Lembro-lhe Sr. Deputado que na requintada mesa dos czares da Rússia, já lá estavam os vinhos do Pico, muito antes do PS Português ter sido criado.

O que é substantivo neste debate é o esforço que o Governo Regional tem de fazer com os órgãos de governo próprio da Região, no sentido de diversificar o sector agrícola.

Essa é uma das grandes pechas do nosso sistema produtivo.

Nesse sentido temos todos que remar para atingir os mesmos objectivos, que são objectivos racionais. Diversificar o nosso sector agrícola. Este sector é um sector fundamental em que temos tradições e grandes potencialidades.

Lembro, porque às vezes no calor do debate esquece-se aqueles que são os objectivos das propostas do projecto de resolução, que o projecto de resolução é muito simples, apenas estamos aqui a discutir uma preocupação legítima que o PSD levantou junto deste Parlamento, que foi o facto de terem existido graves prejuízos ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Estamos a discutir isso!?

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Mas também podemos discutir o resto, Sr. Deputado Lizuarte Machado!

O Orador: ... e o que se propõe aqui é que o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, encontre mecanismos de compensação financeira. Isto tem muito mérito!

Evidentemente, o PSD ouviu as queixas dos agricultores, ouviu as queixas dos produtores e o que é que fez? Preocupou-se em responder às legítimas aspirações das pessoas.

É nestas matérias que devíamos centrar o debate.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, diga-nos quantas vezes foi ao Pico?

O Orador: Portanto tem muito mérito e o que não se compreende é que quando recomendam qualquer coisa ao Governo Regional que auxilie os produtores, dada a conjuntura difícil que estão a passar, os senhores ficam ofendidos. Não se pode recomendar-lhes nada, ficam ofendidos!

Estes produtores estão em dificuldades e nós, Parlamento, recomendamos ao Governo Regional que os auxilie, porque é importante não só para estes produtores, como também para os objectivos estratégicos dos Açores neste sector, que é a diversificação e a manutenção daquelas que são as produções tradicionais. É importante a todos os níveis e nós, Parlamento dos Açores, recomendamos ao Governo.

Os senhores ficam ofendidos quando se recomenda uma matéria deste tipo.

É completamente incompreensível!

Os senhores ficam nervosíssimos quando o Parlamento dos Açores, os Deputados dos Açores, cumprem a sua função: transmitir-lhes aquelas que são as legítimas expectativas da população dos Açores, nos diversos sectores.

É condenável que os senhores reajam dessa forma e arranjem sempre uma forma de tornar este debate enviesado e que não tenha um sentido (desculpem que vos diga) testado nestas questões.

Eu esperava que o Sr. Secretário Noé Rodrigues viesse aqui dizer o seguinte: os senhores têm toda a razão, isto é um problema premente e nós acompanhamos as vossas preocupações.

Ponto final no debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem tive oportunidade de informar esta casa que já demos, este ano, uma orientação clara a todos os Serviços de Desenvolvimento Agrário de todas as ilhas, para acompanharem a situação das explorações, no caso das explorações bovinas, porque os stocks de erva que normalmente são produzidos num ano e utilizados no ano seguinte, encontram-se a níveis muito baixos, atendendo às circunstâncias anormais de 2010.

Esta orientação está nos serviços.

Daqui a dias vão chover requerimentos e mais requerimentos, que é preciso dar um apoio, que é preciso aumentar o apoio e mais outro apoio, quando os serviços já estão recolhendo todas as informações necessárias para que se faça o acompanhamento e se necessário o apoio aos nossos agricultores.

É assim que temos sido habituados por alguns partidos da oposição. Quando sabem que alguma coisa se está fazendo e que ela tem mérito, vêm logo atrás fazer requerimentos e mais resoluções.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Queria também dizer, porque há memória na Região e há memória dos viticultores da Região.

Não quero falar no passado, mas parece que os senhores querem mesmo falar nesse passado.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Esse pode ser o vosso problema!

O Orador: O vinho não apareceu com o PS no Governo. Segundo a Bíblia foi com Noé, há muitos e muitos anos.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Foi com Noé!!!

O Orador: Foi com Noé.

Agora, o que aconteceu na Região foi que a partir de 96 nós deixámos de ter um sector completamente abandonado.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Vá dizer isso aos vitivinicultores do Pico!

O Orador: Tínhamos uma Adega nos Biscoitos que não existia, estava numas instalações arrumadas numa garagem; tínhamos a Adega do Pico falida e tínhamos a adega da Graciosa mais que falida.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Os senhores é que a faliram! Fizeram garrote financeiro porque era um colega nosso!

O Orador: Hoje estão recuperadas, estão a cumprir a sua função e continuam a merecer o apoio do Governo para desempenharem correctamente as suas atribuições.

É lamentável, mas é mesmo profundamente lamentável que se use uma resolução desta natureza para atacar os técnicos e os Serviços de Ilha. É lamentável que isso aconteça.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): O que é lamentável é os senhores não terem orientação técnica para o sector!

Os técnicos estão lá mas os senhores puseram-nos a preencher papéis!

O Orador: É mais lamentável ainda que isso parta de um ex-funcionário dos serviços.

Gostaria também de vos dizer (sem comparar mais a actual sector da viticultura, ou de qualquer outro ramo da actividade agrícola, com aquilo que se passava no passado porque não há comparação possível) que no âmbito da Comissão de Economia, que é para ficar bem claro nesta casa, quando se abordou e discutiu esta proposta de resolução, tivemos nós, o Governo, por mim próprio, a possibilidade de esclarecer todas as questões que foram colocadas e referi expressamente que nós tínhamos preocupações com um conjunto de outras produções agrícolas que tinham sido penalizadas pelo mau tempo do ano de 2010 e que estas sim já deveriam estar a ser apoiadas pelo Governo e que estávamos apenas a aguardar as declarações de produção e as declarações de existência das adegas para poder fazer a portaria.

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores só governam com pressão pública.

Se não se levanta o problema os senhores não actuam!

O Orador: Estavam já outros como a produção de banana, a produção de mel e outras à espera que essa portaria recolhesse os elementos da viticultura para poder ser publicada. Logo que esses documentos foram recolhidos a portaria foi enviada para as organizações de produtores, para os parceiros sociais, para se pronunciarem, para sugerirem, para darem contributos para melhorar a portaria.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E quais são os pareceres dessas entidades em relação à portaria?

O Orador: Vir agora dizer que a portaria só sai 3 dias antes de virmos aqui para esta discussão. é lamentável Sr. Deputado que o senhor tenha este carácter tão baixo relativamente a esta matéria!

O Sr. Deputado desculpe, mas não dá lições a ninguém sobre agricultura, muito menos sobre a viticultura que durante muitos anos teve abaixo do limite da pobreza.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Nem o senhor me dá a mim. Estamos com o mesmo nível de lições!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vamos escolher agora, porque há uma proposta de substituição integral, que tem o apoio do proponente, qual a resolução que vamos levar à votação final.

Eu proponho o seguinte método de votação: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam que seja a proposta de substituição integral a ser votada, façam favor de se manterem como se encontram.

Faça favor Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que de acordo com o nosso Regimento tendo havido uma aceitação integral duma substituição do texto da resolução apresentada, obviamente o primeiro texto está prejudicado, os subscritores alteraram a sua proposta inicial.

Nessa medida Sr. Presidente, o entendimento que queria deixar expresso, e espero que recolha a concordância de V. Ex^a., é que o texto a votar é exclusivamente o texto que está neste momento, que é o texto substituído pelo próprio subscritor que é o único que o pode alterar, na sequência dos acordos anteriormente feitos na Comissão de Economia.

Presidente: Tem razão, atendendo a que só o subscritor o pode alterar.

Eu ia fazer isto porque embora esta proposta de substituição seja do proponente, ela não teve o apoio unânime, pelo menos em Comissão, mas como quem pode alterar é o proponente e trata-se duma proposta de substituição integral, creio que tem razão.

Vamos então votar a proposta de substituição integral, advinda da Comissão e subscrita pelo proponente, pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução n.º 2/2011 – “Recomenda a abertura dos concursos interno e externo do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinamentos básico e secundário, em cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Vamos discutir agora a urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à urgência eu penso que ela é evidente e decorre do cumprimento dos prazos que estão estipulados no quadro legal que regulamenta o concurso de pessoal docente, quer os concursos externos, quer internos, quer a contratação.

A iniciativa do PCP decorre do anúncio da Sra. Secretária Regional da Educação, ainda em funções, até à tomada de posse da nova Secretária Regional, de que não abriria os concursos internos e externos, defraudando assim não só as expectativas dos docentes, mas sobretudo não cumprindo aquilo que está legalmente estabelecido.

Como cabe a esta câmara contribuir não só para a fiscalização dos actos do governo, mas para o cumprimento estrito da legalidade, o PCP tomou esta iniciativa e espero que tenha, quer relativamente à urgência, quer relativamente à recomendação, o devido acolhimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente para felicitar a Representação Parlamentar do PCP, eleita nas listas da CDU, por esta meritória iniciativa.

Obviamente o Grupo Parlamentar do CDS/PP associa-se claramente, tanto à necessidade da urgência como ao objecto da própria resolução.

A urgência justifica-se porque havendo neste momento a obrigatoriedade consagrada de abrir concursos de pessoal docente em Janeiro e estando o mês de Janeiro prestes a acabar, estando a Sra. Secretária Regional da Educação ainda em funções e tendo ela assumido que não seriam abertos concursos, obviamente que esta questão precisa de ser discutida, amplamente debatida, porque estamos a alienar património que é da competência própria dos órgãos autonómicos e do nosso ponto de vista não pode ser alienado desta forma.

Muito obrigado.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução aqui em apreço pretende, tão simplesmente, fazer cumprir o DLR 27/2003/A.

A urgência prende-se com a abertura do concurso nesta altura do ano, tal como decorre da legislação. Portanto o PSD vai votar favoravelmente o pedido de urgência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante concentrarmo-nos no que de facto é urgente e analisarmos.

Tem sido esta a forma de estar e o *modus operandi* do nosso Grupo Parlamentar, bem como de toda a actividade governativa.

É de facto recorrente a actividade que nós temos vindo a fazer e temos vindo a concentrarmo-nos no que é o sistema educativo.

É corrente e regular que é nesta altura que é aberto concurso para o recrutamento de pessoal docente e é em Janeiro que isso acontece.

É também sabido que o continente e a Madeira deveriam ter aberto o seu concurso e a título excepcional este ano e por força de uma lei excepcional também, atendendo a todas as condições que se atravessa, este concurso que deveria ser aberto excepcionalmente não foi feito, devido como todos sabemos a uma conjuntura financeira que o país atravessa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas não estamos a debater a urgência?

A Oradora: Também é por todos conhecido que existe uma petição a decorrer sobre esta mesma matéria e por isso devemos considerar o respeito por quem a subscreveu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso não é nada, é completamente oco e vazio!

A Oradora: Se o Sr. Deputado Aníbal Pires estivesse atento e sossegado talvez conseguisse perceber.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu vou ficar atento!

A Oradora: Aprovar a urgência seria um atropelo às regras que estão estabelecidas para tal. Não esqueçamos que há uma petição que deu entrada nesta casa.

Acresce também referir que neste momento o Estatuto da Carreira Docente também prevê, de acordo com o que está em vigor, reposições e progressões que sejam feitas e que no entanto por força de todos os motivos que conhecemos tal não está a acontecer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada guarde esse documento para quando discutirmos o documento!

Sr. Presidente estamos a discutir a urgência!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires agora não estamos a discutir, estamos a falar!

É claro que estamos a discutir a urgência!

A Oradora: Urgente era o Sr. Deputado Aníbal Pires sossegar e ouvir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

A Oradora: Urgente é atender à realidade sócio-económica que vive o país e às circunstâncias que nos envolvem e responsabilizam a todos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Urgente é os senhores começarem a cumprir a legalidade!

A Oradora: No entanto também sabemos que o cenário actualmente se alterou e por força desta circunstância e tendo em conta a alteração verificada que é pública na Secretaria Regional da Educação e Formação, será responsável da parte do Grupo Parlamentar do PS, reprovar a urgência, permitindo à nova titular do cargo poder reavaliar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora é outra coisa. Devia ter começado por aí!

A Oradora: O Sr. Deputado não esteve atento!

... esta matéria, com algum tempo e seriedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos em crer que o Governo responderá a uma situação excepcional com medidas excepcionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Graça Teixeira não debateu a urgência.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Esteve aqui a esgrimir argumentos contra o projecto de resolução.

Considero que é um procedimento regimental profundamente incorrecto e que é um procedimento do ponto de vista ético profundamente incorrecto...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Se estivéssemos numa monarquia nada disso acontecia!

O Orador: ... porque todos os outros intervenientes se cingiram à questão regimental, que era a questão da urgência.

O que a Sra. Deputada aqui fez foi aproveitar para discutir, esgrimir argumentos em relação ao projecto de resolução. Isso na minha perspectiva fica-lhe muito mal.

Há regras regimentais e a senhora deve cumpri-las!

Quero dizer-lhe por que é que é urgente, verdadeiramente urgente aprovar a urgência.

Em primeiro lugar porque está em causa a autonomia dos Açores, o desrespeito por parte do Governo Regional da autonomia dos Açores. Esta é a primeira questão. É sempre urgente defender a autonomia dos Açores, defender as competências dos órgãos próprios do Governo dos Açores. É urgente!

Digo-lhe outra coisa, é urgente defender a legalidade. Isso é que é urgente! Defender a legalidade na Região Autónoma dos Açores como no resto do País. Defender o cumprimento da lei! Defender o cumprimento da legislação! Isto é sempre urgente em qualquer circunstância, Sra. Deputada!

Também é urgente cumprir os prazos que estão estipulados em relação a estes assuntos. Como sabem está a poucos dias de se esgotar o prazo regulamentar, por isso é urgente que a questão se discuta.

Os senhores não cumprem a lei, não defendem a autonomia e mais do que isso, preparam-se para prejudicar gravemente a vida de centenas de professores dos Açores. Preparam-se para dar cabo da vida de muitos dos professores dos Açores. É isso que os senhores vão fazer e não são um, nem dois, nem três. Como poderemos provar no debate trata-se de centenas de pessoas com expectativas legítimas, porque são expectativas fundamentadas na Lei, são expectativas fundamentadas na autonomia dos Açores, são expectativas legítimas das pessoas.

Qualquer professor, qualquer funcionário público, qualquer cidadão espera que o Governo cumpra a lei e sobretudo que defenda a autonomia dos Açores.

O que está a suceder é que as legítimas expectativas, fundamentadas na lei, dos professores dos Açores, estão a ser gravemente prejudicadas.

A vida destes professores vai ser profundamente prejudicada nos próximos meses.

É por isso que o debate desta questão é fundamental, é urgente.

O que se vai decidir nos próximos dias é se o Governo está empenhado na autonomia dos Açores ou não está. Esta é a primeira questão.

A segunda questão é se existe o primado da Lei nesta Região, se o primado da lei sobrevive nesta Região. Esta é a segunda questão fundamental.

Esta questão é urgente, é premente e vai ser discutida nos próximos dias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputado Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer em nome do BE, com toda a serenidade, que depois de todos os argumentos até aqui aduzidos pelos colegas anteriores, nós consideramos que neste momento concreto, em termos de vida política e colectiva da nossa Região, não há nenhum debate mais urgente em nome do futuro, em nome do desenvolvimento e em nome do respeito pelos profissionais da educação e pelos seus alunos também, do que fazer urgentemente este debate, por isso votaremos favoravelmente quanto à urgência.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2011 – “Alargamento da remuneração compensatória aos funcionários das autarquias locais”**, apresentado por um grupo de deputados.

Deu entrada uma proposta de alteração na especialidade, do CDS/PP, que irá ser em breve distribuída.

Vamos iniciar o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Decreto Legislativo Regional que alarga a remuneração compensatória aos funcionários da administração local, prende-se com a necessidade de repor justiça remuneratória, na sequência da aprovação em sede de orçamento duma remuneração compensatória para os trabalhadores da administração regional. Portanto, repor essa justiça remuneratória.

Julgo que a urgência fundamenta-se na necessidade dos trabalhadores da administração local, logo que comecem a ser efectuados os cortes, possam ser compensados por esta medida.

A urgência justifica-se perfeitamente uma vez que pretende também dar resposta a uma solicitação feita pela Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, à qual o parlamento Regional pretende dar uma resposta positiva.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD.

Presidente: Passemos à discussão do objecto do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas e nesta primeira intervenção fazer uma breve apresentação do diploma.

O diploma, no seu objecto, é em tudo idêntico e produz os efeitos da medida que foi aqui aprovada em sede de orçamento.

Tem no entanto uma diferença, que não deixa de ser importante, que tem a ver com a possibilidade de que cada uma das autarquias possa ou não aplicar esta medida que irá certamente ser aprovada por esta câmara, deixando portanto ao critério das câmaras municipais, das autarquias, a aplicação aos seus funcionários da medida da remuneração compensatória, facultando-lhes por um lado um quadro legal para que o possam fazer e dando-lhes opção de o fazerem ou não se assim o entenderem.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto a essa proposta inicial e que foi anunciado publicamente a vontade do PS em envolver os outros partidos representados nesta casa, o CDS não concordou subscrever a proposta se ela não fosse aplicada em termos facultativos.

Por isso sugerimos e foi aceite por todos que se acrescentasse aqui um ponto em que referia exactamente que a proposta seria em termos facultativos.

Devido às últimas novidades, nomeadamente à intenção do Governo estender essas remunerações ao sector público empresarial regional, entendemos também que isso se deveria aplicar às empresas municipais de capitais exclusivamente públicos, por isso apresentamos uma proposta de alteração nesse sentido.

Reforçamos no texto da proposta que seja optativo, seja facultativo por parte das autarquias aplicarem essa legislação e ao abrigo deste DLR devem optar se querem ou não fazer a aplicação desta norma. É o que nos parece ser mais justo e mais correcto. Mais justo e correcto porquê? Porque se nós nos Açores defendemos a autonomia regional e não admitimos que o Governo da República e o poder central interfira no poder regional e na autonomia regional, entendemos também que o poder regional não tem legitimidade para impor ao poder local aquilo que seja.

Portanto trata-se duma questão de princípio e por uma questão de princípio fica feito o normativo legal e as autarquias deverão decidir se querem ou não aplicar este normativo legal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

(*) **Deputado Aníbal Piões (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na primeira intervenção procurei fazer uma apresentação ainda que em termos necessariamente sucintos do diploma. No entanto gostaria de acrescentar mais alguns considerandos e alguns esclarecimentos sobre esta questão, nomeadamente no que concerne à posição que é a posição da Representação Parlamentar do PCP/Açores relativamente a estas matérias que foram ontem aqui objecto de discussão, trazida pela declaração política que fizemos.

A nossa disponibilidade é total para subscrever esta como qualquer outra medida que vise minorar os efeitos dos cortes perpetrados pelo Governo da República, o Governo de José Sócrates, mas que, e é bom que se diga, foram subscritas, integralmente apoiadas e, mais não foi porque não foi possível, pelo PSD. Passos Coelho deu o seu aval a estas medidas e é bom, por muito que o PSD se tente deslocar delas, que o povo açoriano fique a saber que estas medidas de austeridade de que estamos a ser vítimas são da autoria do PS de José Sócrates e do PSD de Passos Coelho.

O PCP irá aqui no Parlamento, quer por iniciativa própria, quer subscrevendo e apoiando não só esta medida como a proposta que foi apresentada pelo CDS/PP, apoiar na devida altura a proposta que foi anunciada por Sua Excelência, o Sr. Vice-Presidente do Governo, há dois dias atrás, de que os cortes salariais não produzam efeitos nos trabalhadores das empresas públicas regionais, nos mesmo moldes em que irá ser aprovado este diploma e em que foi aprovada a remuneração compensatória para os trabalhadores da administração regional.

Faremos sempre isso, tendo consciência de que esta não é a solução. Estas são as que estão ao nosso alcance e ao alcance da Região para minorar os efeitos das políticas de austeridade que estes dois partidos na República apoiaram e com o qual estão a castigar duramente todo o povo português, quer os portugueses do território continental, quer os portugueses que vivem e trabalham nas regiões autónomas.

O PCP tendo essa consciência, tendo consciência que isto são apenas medidas que atenuam os efeitos dessa crise, vai subscrever estas e outras e vamos ter algumas da nossa própria iniciativa, tendo consciência que isso são alguns paliativos para contrariar os efeitos perversos de políticas que apenas castigam e penalizam quem trabalha e a população mais fragilizada deste país.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM é coerente. Se na discussão anterior reivindiquei as competências dos órgãos de governo próprio da RAA para defender que a RAA não tem de aplicar medidas que são claramente prejudiciais para os trabalhadores, agora exactamente

no mesmo plano, em defesa da autonomia, também estou a favor, sempre tenho estado, destas medidas relacionadas com a remuneração compensatória.

Nesse sentido somos plenamente coerentes em relação ao nosso discurso.

Se o PPM tivesse uma visão maniqueísta da política, se tivesse uma visão meramente estratégica da política, então agora estaria do outro lado da barricada à espera que os senhores se queimassem neste assunto, mas nós temos um exercício de política diferente, quando o objecto é o mesmo, e o objecto é a defesa das nossas competências, nós tomamos a mesma posição. Somos coerentes, mesmo que isto signifique uma lufada de oxigénio para a bancada do PS, mesmo que isso signifique estar ao lado de um partido que há pouco tomou uma posição completamente diferente, da mesma natureza, do ponto de vista do objectivo da defesa das nossas competências autonómicas.

Isto significa uma forma de estar diferente, significa uma forma de estar coerente com o discurso político que estamos a fazer.

Não tivemos em relação a esta matéria o objectivo de vos criar um problema político. Temos o objectivo de beneficiar a população dos Açores, beneficiar os trabalhadores dos Açores. Esse é o nosso objectivo máximo.

Temos um grande objectivo central, a defesa da autonomia dos Açores, porque consideramos que é condição essencial para o desenvolvimento da nossa Região.

Quero referir-vos 3 pontos:

Primeiro: defendemos a aplicação mais genérica possível da remuneração compensatória. Quais são os limites para esta acção, para esta expansão dos efeitos benéficos da remuneração compensatória? São todos aqueles que não estão ao nosso alcance, do ponto de vista das nossas competências. Esses são os únicos limites.

Tudo o que é da competência do Parlamento dos Açores para tornar o mais genérica possível a aplicação da remuneração compensatória, devemos fazer tudo o que está ao nosso alcance, do ponto de vista das nossas competências. O que está para além das nossas competências obviamente não podemos fazer.

Segundo: estamos contra todos os cortes salariais, em todos os sectores. Isto significa que não acreditamos em políticas restritivas que chamam a miséria: a miséria puxa sempre a miséria!

Não é diminuindo o mercado interno, não é diminuindo o poder aquisitivo dos trabalhadores portugueses, que resolvemos a crise.

Aliás, eu estudei um pouco de história e quando tivemos a grande crise de 1929 como é que se resolveu o problema? Foi dando à massa trabalhadora capacidade para alimentarem o sistema produtivo, não foi destruindo a capacidade aquisitiva dos trabalhadores, não foi provocando o desmantelamento do mercado interno.

Eu considero que as medidas para combater a crise têm a ver com a redução em sectores excedentários, em que se pode racionalizar a despesa, mas nunca penalizando os trabalhadores.

Eu considero que do ponto de vista macro económico é uma medida incorrecta. Não acredito que reduzindo o salário das pessoas se consiga reactivar a economia.

O grande problema português não é o défice, o grande problema português tem a ver com a capacidade do nosso sistema produtivo, a capacidade de produzirmos

mais riqueza para que o Estado possa assumir mais funções do ponto de vista das questões sociais.

Eu acredito nas questões sociais e acredito que a riqueza gerada deve ser distribuída pelos mais desfavorecidos e deve melhorar as condições de vida das pessoas.

Esta é a minha crença. Mas também considero que não é com medidas depressivas, não é reduzindo os salários das pessoas que nós lá chegamos.

Terceiro argumento, e argumento final: é outra coisa que eu acredito piamente, que é a defesa da classe média.

Eu sei que há muito político populista que gosta de fazer sempre o discurso dos pobrezinhos.

É evidente que temos que desenvolver políticas adultas, no sentido de auxiliar essas populações dando-lhes uma coisa que é essencial nos estados democráticos, dando-lhes igualdade de oportunidades, dando-lhes oportunidades para que os seus filhos estudem, para que tenham hipótese de ascensão social, para que tenham condições de vida cada vez melhores, não dando-lhes esmolas, é dando-lhes condições objectivas para que se atinja a justiça social.

Esse é um factor fundamental, mas isso só consegue fazer os países, as regiões que têm classe média. Estas medidas estão a ter um impacto fortíssimo na nossa classe média que é cada vez mais pequena e cada vez está a desestruturar mais o nosso sistema social.

Se destruímos a classe média, se não nos preocuparmos com a defesa desta classe, o que irá acontecer? Vamos transformarmo-nos num país do tipo sul-americano, em que existe os muito ricos e os muito pobres. Isto é um ciclo vicioso de que as regiões e os países não conseguem sair. Vejam o exemplo da América Latina que leva 200 anos neste paradigma, com os muito ricos e os muito pobres.

Nós temos como grande objectivo a defesa da classe média, porque consideramos que é ela que estrutura, que permite a aplicação de medidas sociais positivas. É a existência de uma classe média grande, uma classe média activa, uma classe média solidária.

Portanto, esta medida destina-se à classe média e é importante porque permite que o nosso sistema social seja um sistema social europeu, tal como acontece no norte da Europa. Ainda estamos longe destes patamares mas a aplicação sucessiva destas medidas que prejudicam sempre os mesmos, que prejudicam gravemente a classe média, que a estão a desestruturar, que a estão a diminuir, levará à edificação em Portugal e nos Açores, dum paradigma sul americano, duns muito ricos outros muito pobres.

Não queremos isso.

Portanto estamos a favor desta medida, porque nós somos firmes defensores da classe média açoriana.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, nesta minha primeira intervenção neste ponto, para dizer que a questão da remuneração compensatória foi amplamente discutida no mês de

Dezembro e tendo em conta todos os contornos desta medida e a importância que esta medida tem, entende agora, um grupo de partidos, no qual se inclui o PS, trazer a esta casa uma proposta que visa dar enquadramento legal ao alargamento deste regime de remuneração compensatória, aos municípios.

Esta proposta surge em primeira instância devido a um apelo da Associação de Municípios para que assim fosse. É isso que estamos a fazer.

Nunca é demais lembrar que a remuneração compensatória, como bem se recordam, faz parte dum pacote de medidas que o Governo Regional entendeu aplicar nos Açores, com o objectivo fundamental de amenizar os impactos negativos da crise internacional e do plano de austeridade que foi materializado pelo Orçamento do Estado para 2011.

Será importante dizer também que esta proposta não consiste numa grande novidade, até porque como se sabe, na altura em que foi anunciada publicamente, já nesse momento foi referido que, caso fosse esse o entendimento da Associação de Municípios, haveria a possibilidade deste regime ser alargado aos funcionários das autarquias locais.

É por isso que o PS, enquanto proponente, enquanto partido concordante com o princípio que está inerente a esta remuneração compensatória e a qualquer medida que em nome, quer da nossa autonomia regional e competencial, quer também em nome da defesa dos Açores, dos açorianos e dos efeitos nefastos que terão que sofrer devido à crise internacional e às contingências que existem pelo facto de vivermos no arquipélago com as características físicas em que vivemos, naturalmente votará a favor desta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Já ouvimos Marques Mendes ontem!

O Orador: Ouviu! E o que é que quer? Quer falar sobre isso agora?

Nós estamos aqui a falar doutra coisa.

Presidente: Faça favor Sr. Deputado.

O Orador: O PSD considerou a chamada remuneração compensatória, como uma medida injusta, uma medida discriminatória, aquando do debate e votação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para 2011, aqui neste Parlamento.

Manteve exactamente a mesma posição em 22 de Dezembro, em que continuámos a votar contra o orçamento, ao contrário do que fizeram outros, diga-se de passagem. Portanto mantivemos a nossa coerência.

Considerámos injusta porque esta medida deixava de fora um conjunto substancial, a grande maioria dos trabalhadores açorianos, e beneficiava exclusivamente 3 700 pessoas.

Deputado José San-Bento (PS): E respectivas famílias!

O Orador: Na altura apresentámos um conjunto de justificações que no fundo considerámos que seriam aquelas que eram bem percebidas pelos açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Nenhuma delas era válida!

O Orador: Todos nós, todos os açorianos serão certamente afectados pelo conjunto de medidas fortes, de medidas de contenção, designadamente o aumento dos impostos.

Quem mais é afectado seguramente são aqueles que ganham 500 ou 600 euros.

O Orador: Este grupo será o que fica mais penalizado com este conjunto de medidas.

Será que é razoável cuidar, ter atenção com quem ganha entre 1500 e 2000 euros e deixar completamente de lado as dificuldades de quem ganha 500 ou 600 euros?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, o senhor quer baixar impostos. Isso não tem efeito nenhum na economia! Vai tudo para a poupança!

O Orador: Onde é que está a preocupação de alguns partidos, que propagam aos 4 ventos, pelos mais fracos, por aqueles que vivem com mais dificuldades?

Deputado Francisco César (PS): Isso não tem efeito nenhum na economia! Vai tudo para a poupança!

O Orador: Ainda para mais neste nível (quem ganha entre 500 e 600 euros) temos a maior parte da população e estes não são beneficiados em nada.

O benefício vai para quem ganha entre 1500 e 2000 euros. O que ganha 500 euros não tem nenhuma atençãozinha.

Deputado Francisco César (PS): Mas esses não são prejudicados!

O Orador: A questão agora com esta iniciativa agrava-se.

Primeiro, a injustiça não desaparece. A situação de injustiça que já existia não desaparece, pelo facto de se estender a medida a mais 50 ou 60 trabalhadores da administração local. A injustiça permanece mas agrava-se e a agrava-se porquê? Vai abranger um pequeno grupo da administração local, quando na administração local a maioria dos salários se situa na ordem dos 600, 700 euros que mais uma vez são aqueles que relativamente aos seus colegas das Câmaras que ganham entre 1500 e 2000, vão ter zero com esta iniciativa que agora é apresentada. Os que ganham entre 1500 e 2000 vão ser novamente beneficiados.

Mas a situação pode ser inclusivamente mais grave. O facto da medida ser facultativa pode criar ainda mais uma injustiça.

Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O Marques Mendes não fazia melhor!

O Orador: Não estou a falar daquilo que os comentadores fazem! Estou a fazer política séria! O senhor está a brincar!

Quem ganha entre 500 a 600 euros deve estar a olhar para si e a ver o triste Governo que tem pela frente!

Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Deve estar a ver a triste figura que o senhor está a fazer!

O Orador: Sendo facultativa cria mais um nível de injustiça, isto é, de Câmara para Câmara, a Câmara “X” pode adoptar, a “Y” não adopta, então cria uma situação de injustiça entre trabalhadores de dois municípios diferentes que até podem ser da mesma ilha e viverem a cinco quilómetros de distância.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a dizer-nos que a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada não vai aplicar?

O Orador: Por isso da nossa parte manteremos exactamente a nossa coerência, a nossa tranquilidade, porque sabemos ser essa a posição sensata que os açorianos, designadamente os que maiores dificuldades têm, reconhecem. Aos senhores reconhecem o quê? Sabem agora que há quem se preocupe com quem ganha entre 1500 a 2000 euros e não pensa em quem ganha entre 500 ou 600.

Quanto ao Governo, e ao Presidente do Governo em particular, melhor seria que se preocupasse e se empenhasse, em vez do empenho que tem tido com esta remuneração compensatória, que é mais do que constatável que é uma remuneração injusta, que é uma remuneração que não contempla aqueles que vivem com maiores dificuldades, junto do Governo da República e do Sr. Primeiro-Ministro, seu grande amigo, para que sejam transferidos os 5% de IRS que estão em falta com a Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

O Orador: Dessa maneira permitiria que as 19 Câmaras da Região, possuíssem um conjunto de verbas que depois teriam repercussão positiva ao nível de todos os municípios dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O Sr. Deputado está com medo da Câmara Municipal de Ponta Delgada não aplicar!

O Orador: Em vez de se preocupar com essa questão que daria um benefício a todos os municípios da Região Autónoma dos Açores, os senhores optam por beneficiar 60 pessoas.

Caros senhores, os senhores naturalmente têm a sua opção e designadamente aqueles que estão nas classes de rendimentos mais baixos sabem bem que não estão a beneficiá-los e estão a beneficiar quem ganha mais.

Da nossa parte ficamos manifestamente com a tranquilidade de quem mais uma vez é o único partido que não vai alinhar em mais uma injustiça.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos separar aqui duas questões: uma questão é o IRS que é devido aos municípios da Região e para o qual o PCP dará todo o apoio a todas as iniciativas, aliás, já no âmbito da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Ecologista os Verdes, tomou posição sobre o assunto. É de facto uma injustiça e é o não cumprimento da legalidade. Mas isso é uma questão.

Aquilo que estamos a falar agora é de outra coisa, Sr. Deputado, estamos a falar numa grave injustiça.

Uma grave injustiça que foi cometida na República com a aprovação de vários pacotes com medidas de austeridade. Todas elas propostas pelo PS, mas com o aval do PSD.

Portanto Sr. Deputado não venha falar de injustiça, porque a genes da injustiça está em Lisboa, não está na Horta, não está em Ponta Delgada, não está nos Açores. A injustiça foi concebida em Lisboa com o vosso total e inteiro apoio.

Sr. Deputado gostaria de lhe lembrar uma outra coisa: o senhor Deputado fala sistematicamente em quem ganha menos.

Deputado António Marinho (PSD): São esses que não têm ganhos!

O Orador: Então eu lembro-lhe o seguinte: esta câmara em sede de orçamento aprovou uma proposta da Representação Parlamentar do PCP eleita pelas listas da CDU, de 2,1% para a remuneração complementar. Por que é que o senhor nunca refere isso?

Porque não foi isso que o senhor propôs. O senhor fala sempre em quem ganha menos. Qual é a iniciativa do PSD para repor justiça sobre quem ganha menos?

A vossa proposta de IRS não beneficiava essas pessoas.

O senhor não fez nada! Os 18 Deputados do PSD não fizeram rigorosamente nada em relação a isso.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não estava aqui no debate do Plano e Orçamento?

O Orador: Portanto o Sr. Deputado tenha vergonha e não venha falar em quem ganha menos.

Os senhores não fizeram nada relativamente a isso.

Relativamente a outras medidas que foram também aprovadas nesta câmara e que visam colmatar os efeitos das medidas que foram tomadas em Lisboa e que os senhores subscreveram, sobre essas, todos temos conhecimento e quem as propôs fale nelas.

Sr. Deputado não venha com a injustiça e com a discriminação, porque quem fez isso foram os senhores, que fizeram com que apenas um segmento de portugueses, os portugueses que trabalham na administração pública e que ganham mais de 1500 euros, pagassem a crise. Isso é que é uma atitude de discriminação, responsabilizar esses trabalhadores por todos os males deste país.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputado Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na realidade nós não íamos intervir neste debate, até porque subscrevemos esta iniciativa conjunta de alargamento da remuneração compensatória aos funcionários das autarquias açorianas e, portanto, se o fizemos por uma questão de igualdade e de justiça, pouco haveria a acrescentar e à partida parecia tudo dito.

Mas, na realidade depois da intervenção do Sr. Deputado António Marinho é inevitável tecer alguns comentários.

Desde logo, e aí o Deputado Aníbal Pires já referenciou, não se compreende que na República o PSD tenha não só concordado, como até reivindicado que estes cortes se realizassem sem dó nem piedade, sobre aquilo a que nós poderíamos chamar a tal incipiente classe média, mas que é fundamental para o desenvolvimento e dinamização da nossa fragilíssima economia. Mas depois do que faz na República chora “lágrimas de crocodilo nos Açores, porque há uma injustiça fantástica desta

remuneração compensatória (esquecendo agora os trabalhadores das autarquias locais) estar só concentrada em 3700 trabalhadores.

Na realidade Sr. Deputado é muito pouco, mas quanto mais forem os trabalhadores que ficam de fora do roubo que os senhores combinaram, decidiram e concordaram na República, melhor para os trabalhadores, melhor para a economia dos Açores, melhor para a justiça e dignidade de quem trabalha.

Portanto, essas “lágrimas de crocodilo”, essa demagogia absolutamente inaceitável que os senhores fazem, com aqueles que mais pobres, ganham menos, esquecem que esses não têm cortes salariais, logo não podem ter remuneração compensatória, ainda que estejam sujeitos a todas as formas, que mais uma vez os senhores, arranjaram de penalizar quem trabalha.

Quanto às autarquias o vosso argumento é extraordinário. Há aqui uma situação de injustiça porque há autarquias que podem decidir alargar e aplicar esta remuneração e outras não.

Sr. Deputado o ónus da decisão é de cada Câmara e os trabalhadores de cada Câmara saberão tirar as ilações dessa decisão.

O senhor não pode vir aqui para salvar os Presidentes de Câmara, penalizar os seus trabalhadores. De maneira nenhuma!

Deputado João Costa (PSD): De que trabalhadores é que a senhora fala? Os chefes?!

A Oradora: As Câmaras que decidam de acordo com aquilo que entenderem melhor.

Finalmente, o comentário, mais ou menos velado, que o Sr. Deputado fez, acerca daqueles que aqui nesta Casa, votaram contra o Plano e Orçamento. O BE foi um deles. Não teve a mínima dúvida em votar o artº. 7º. e em votar contra o veto político apresentado pelo Sr. Representante da República, dando seguimento à lógica de pensamento do reeleito Presidente da República, Cavaco Silva. Não tivemos na altura, não o teríamos hoje, nem o teríamos nunca em votar contra aquele veto político, a favor da remuneração compensatória, custasse isso o que custasse.

Não entendemos que haja aqui qualquer tipo de alteração de linha política ou de incoerência. A incoerência, meus senhores, neste ponto de vista, está do vosso lado.

Deputado João Costa (PSD): A esquerda enche a boca com os trabalhadores!

A Oradora: Na República concordam com os cortes e aqui qualquer medida que ponha a salvo um trabalhador, os senhores vêm logo dizer: não senhor! Todos têm que ser roubados, todos têm que ser castigados!

Isso é inaceitável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos na intervenção do Sr. Deputado António Marinho, a uma repetição, aliás já vem sendo hábito, daquilo que foi a posição ontem expressa habitualmente contra os Açores pelo ex-líder do PSD Marques Mendes, nos comentários habituais anti-autonomia que tem vindo a fazer na TVI.

Deputado João Costa (PSD): Esse discurso acabou domingo! O povo deu resposta ao seu discurso!

O Orador: Portanto cabe o triste papel ao PSD/Açores repetir o que o seu ex-líder anuncia a nível nacional.

Mas vamos colocar a questão onde ela deve ser colocada.

Em primeiro lugar a remuneração compensatória quer seja para os funcionários da administração local, quer seja para os funcionários da administração regional, não está a beneficiar ninguém. A maior falsidade que se pode dizer é que se trata dum benefício de alguém.

Esta medida não visa beneficiar. Esta medida não discrimina. Esta medida não é injusta. Pura e simplesmente esta medida visa repor o vencimento a quem foi retirado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): A alguns!

O Orador: É esta a verdade dos factos, é esta a realidade e é para isto que os senhores não têm resposta perante os açorianos.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS).

Das duas uma Srs. Deputados do PSD: ou os senhores querem que seja reposto o vencimento de quem o perdeu, ou querem que se mantenha essas pessoas com a redução de vencimento.

A posição aqui expressa, é que os senhores concordam que haja redução de vencimentos para as pessoas que são beneficiadas e contempladas com esta medida.

Deputado Rui Ramos (PSD): Nada disso!

O Orador: Vamos falar de justiça social: falaremos! Vamos falar de equidade: falaremos!

Esta medida resume-se a uma coisa muito simples: a repor o vencimento perdido daqueles que ganhando menos, repito, teriam o seu vencimento reduzido. É esta a realidade, é esta a verdade dos factos, esta é a parte substantiva desta medida: repor o vencimento a quem ganhando menos, teria o seu vencimento reduzido.

Por isso não se pode comparar situações de quem tinha uma redução de vencimento com outros níveis de rendimento, que não viram o seu vencimento reduzido.

Esta medida visa resolver um problema, não é a única medida num conjunto vasto de medidas para todos os tipos de remuneração.

Por isso mesmo é que para além desta medida foi aumentado 11% ao complemento ao abono de família. Foi, como referiu o Sr. Deputado Aníbal Pires, aumentado em 2,1% a remuneração complementar para todos os funcionários públicos, que os senhores estavam aqui a omitir. Não tendo tido qualquer redução de vencimento, tiveram o aumento desta compensação.

Apesar de tudo isso a alternativa que o PSD apresenta seria uma alternativa que implicaria por um lado que as pessoas a que se referem não teriam qualquer benefício, mas não é só esse o problema: introduzia uma questão de agravamento de injustiça social, porque tendo em conta que o IRS é um imposto progressivo,

que as taxas aumentam em função dos rendimentos, a redução que os senhores propunham resultava pura e simplesmente nisto: quanto mais a pessoa ganhasse, maior seria o benefício.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

O Orador: É essa a vossa solução para a crise?

A vossa única medida, a vossa única proposta é dar mais a quem recebe mais e dar menos a quem recebe menos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): É isso que os senhores estão fazendo!

O Orador: É extraordinário que quando esta medida foi anunciada o próprio PSD disse que ela seria injusta, porque não abrangia os funcionários das autarquias, agora quando se quer abranger os funcionários das autarquias é injusta porque pode haver autarquias que não queiram aplicar. É uma coisa verdadeiramente extraordinária!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

O Orador: Aliás a vossa convicção na defesa da vossa posição mede-se pelos abandonos que têm havido na vossa bancada ao longo deste debate e pelo ar convicto com que os vossos Deputados encaram esta matéria.

Sei que estão a fazer uma encomenda e sabemos a quem, quem são as origens dessa encomenda.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quais são as origens?

O Orador: Só vos quero dizer uma coisa para concluir esta matéria.

Os senhores sabem perfeitamente e têm consciência que nós, todos estes grupos parlamentares, com convicções e áreas políticas diversas, com concepções de sociedade diversas, uniram-se todos numa proposta que com certeza não será uma proposta que beneficia alguns, discrimina outros ou que é injusta. Não.

Repito, para concluir, isto é uma proposta que apenas pretende repor o vencimento perdido por aqueles que ganhando menos tiveram redução no seu vencimento.

Deputado Rui Ramos (PSD): Gostava de saber se os restantes grupos parlamentares pensam assim!

O Orador: Por isso mesmo, por ser tão justa, tão equilibrada e tão equitativa é que desde os partidos mais à esquerda aos partidos mais à direita, e ao centro, todos defendem esta proposta com excepção daqueles em que os seus interesses não se medem pelos interesses dos açorianos, mas a obediência, às políticas e às direcções centrais dos seus partidos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer agora um intervalo de 25 minutos para preparar a sala para a cerimónia de tomada de posse que ocorrerá exactamente às 12 horas.

Não tocará campainha para essa cerimónia, chamo-vos a atenção para isso. Peço a vossa pontualidade.

A seguir à cerimónia, no exterior do plenário, a sessão de cumprimentos, finda a qual voltaremos para acabar os nossos trabalhos.

Até já.

(Eram 11 horas e 34 minutos).

(O texto referente à cerimónia de tomada de posse da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, encontra-se em Suplemento a este Diário).

Presidente: Vamos continuar o nosso debate.

(Eram 12 horas e 13 minutos).

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões, que me parecem importantes esclarecer, para que não restem dúvidas.

Em primeiro lugar é preciso constatar um facto, tendo em conta as intervenções que o Sr. Deputado António Marinho já fez, por um lado afirmando o isolamento do PSD nesta matéria e por outro lado já percebemos todos que a Câmara Municipal de Ponta Delgada não acatará esta medida e não a implementará.

Deputado João Costa (PSD): E as outras Câmaras? Por que é que não fala das outras Câmaras?

O Orador: Duas questões, que me parecem importantes referir, para que não restem dúvidas.

Em primeiro lugar, como é sabido por todos, a remuneração compensatória não foi em momento nenhum uma medida isolada. Faz parte dum pacote de medidas que abrangem vários extractos sociais e vários sectores da sociedade açoriana e que estão no pacote de medidas onde se inclui o aumento do complemento regional de pensão, o aumento do complemento regional ao abono de família, a majoração de 100% deste abono para as famílias em que alguns dos seus membros tenham perdido o subsídio de desemprego, a criação de um fundo social de compensação,

...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado está a ler o folheto que foi distribuído na campanha eleitoral, não é?

O Orador: ... a suspensão a partir de Janeiro deste ano dos aumentos previstos nas creches, ATL's, jardins de infância e centros de actividades de tempos livres, o reforço de verbas para apoiar empresas em dificuldades que tenham potencial designadamente para efeitos de bonificação de juros ou a revisão do sistema de

incentivos à actividade económica, de forma a que as empresas se possam adaptar a esta nova realidade.

Ao contrário do que foi aqui dito e daquilo que tentaram transparecer pela intervenção do Deputado António Marinho, esta medida faz parte dum conjunto de medidas que abrangem vários extractos sociais na sociedade açoriana.

Outra questão que me parece muito importante esclarecer, no seguimento da constatação muito pertinente, que o Sr. Vice-presidente do Governo fez há pouco, sobre a alegada alternativa justa que o PSD queria implementar, através da medida, da redução de 30% do IRS até ao quarto escalão.

Essa medida de justiça não tem absolutamente nada, pelo contrário.

Sendo o IRS um imposto de taxa progressiva, da proposta do PSD, o que resultaria por exemplo é que quem ganha 42 000 euros por ano, teria uma redução de IRS, quatro vezes superior, a quem ganha até 7 400 euros por ano.

Ou o PSD ponderou muito bem esta opção, o que é grave, ou então mais uma vez não fez bem as contas o que é muito mais grave ainda.

Deputado João Costa (PSD): Aposto que essas contas foram feitas pelo Sr. Vice-Presidente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD parece estar com a corrente e esqueceu-se de pôr o distorcedor da corrente e cada vez que dá uma voltinha fica mais entalado, fica mais amarrado àquelas que vêm sendo as suas posições públicas sobre a matéria.

Mas há aqui uma coisa que é verdadeiramente paradoxal e que é interessante enfatizar e sublinhar.

O PS dos Açores não tem nenhum problema em ir contra os cortes dos salários propostos pelo Governo da República; o PSD dos Açores concorda com os cortes dos salários impostos pelo Governo da República.

Isso é preciso sublinhar aqui: o PSD dos Açores ao lado de José Sócrates. Quem diria! Apoiar José Sócrates para cortar salários aos açorianos!

Deputado João Costa (PSD): Está enganado!

O Orador: Esta é que é a realidade, esta é que é a verdade e o PSD importa-se mais com o que acontece na República, do que com os açorianos.

Vamos ao facultativo.

Eu percebo Sr. Deputado António Marinho, que seja o facultativo que o incomode mais. É exactamente por isso, mas por uma questão de princípio e de respeito pelo poder local.

É o princípio que os senhores exigem, como pais da autonomia, que tantas vezes se arrogam e portanto se exigem respeito da autonomia regional, há que haver respeito pela autonomia local.

Os senhores primeiro esquecem este princípio, fazem tábua rasa desse princípio e depois ficam incomodados por ser facultativo. Era a desculpa que os senhores

queriam dar: nós não aplicamos isso porque nos estão a impor e o poder local tem autonomia.

Deputado João Costa (PSD): Não estamos preocupados com essas clientelas!

O Orador: Era isso que os senhores queriam dizer, mas não vão poder dizer.

Vamos ver, facultativamente, quem são as autarquias que não aplicam essa medida.

Por isso o senhor está tão incomodado com o ser facultativo, mas o ser facultativo é uma questão de princípio que os senhores não sabem como dar a resposta.

Aliás, basta recordar como já aqui foi dito, que a vossa primeira desculpa é que esta medida era injusta porque não abrangia o poder local.

Agora abrange o poder local, é facultativa e os senhores não querem. Então em que é que ficamos?

Deputado João Costa (PSD): Não foi isso que foi dito!

Deputado Mark Marques (PSD): Seja honesto, Sr. Deputado! Ninguém disse isso!

O Orador: Eu ouvi, como várias pessoas aqui ouviram, que a medida era injusta porque não se aplicava ao poder local.

Srs. Deputados do PSD, os senhores têm que se decidir, os senhores estão incomodados com isto e os senhores estão ao lado das medidas restritivas e apoiantes do Governo da República, contra os açorianos e contra os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração muito breve apenas para constatar que do conjunto de declarações que houve dos diversos partidos, o que resultou foi um conjunto de explicações sobre explicações, inclusivamente houve alguns rodeios e algumas conclusões desajustadas, designadamente aquela que o Sr. Deputado Berto Messias há bocado retirou, concluindo aquilo que não pode concluir nem ninguém lhe deu razões para concluir o que concluiu, mas essas explicações apenas revelam a incapacidade de explicar o inexplicável.

O inexplicável é tão só isto: com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, os senhores revelam a preocupação por quem tem vencimentos entre 1500 e 2000 euros por mês e revela a não preocupação em relação aos mais carecidos que são aqueles que ganham entre 500 e 600 euros.

Deputado Francisco César (PS): Quais são as vossas propostas?

O Orador: Quem ganha 500 a 600 euros não fica abrangido, quem ganha entre 1500 e 2000 euros fica abrangido.

Por isso o PSD fica com a tranquilidade de não promover esta injustiça.

Deixe-me ler-lhe a este propósito Sr. Deputado Artur Lima (relembrar-lhe, para que leia as frases todas) a intervenção onde dissemos isso: “o Grupo Parlamentar do PSD votou contra a chamada remuneração compensatória, porque é uma medida injusta, profundamente injusta. Atinge apenas 3 700 trabalhadores da administração regional, deixando de fora os trabalhadores de outros níveis da administração pública e os trabalhadores açorianos em geral”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ora aí está!

O Orador: Portanto o senhor tem que ler tudo, porque senão, não diz a verdade toda.

Relativamente a este conjunto de explicações sobre explicações e porque estamos justamente com essa tranquilidade apenas uma palavra para a Sra. Deputada Zuraida Soares, que foi um pouco mais além e retirou algumas conclusões que julgo ser interessante aqui constatar.

Dizia a senhora, quantos mais forem os trabalhadores abrangidos melhor e por isso vamos buscar os 1500 a 2000.

Deputada Zuraida Soares (BE): E repito!

O Orador: Sra. Deputada, com a preocupação que a senhora normalmente evidencia, então tivessem optado prioritariamente por aqueles que estão em situação mais frágil e não fossem logo para os que recebem entre 1500 a 2000 euros por mês.

Relativamente ainda à Sra. Deputada Zuraida Soares, o preconceito no voto que cada um de nós deu em relação ao orçamento da Região, o PSD seguramente não tem. Outros eventualmente o terão.

Quanto ao resto, e vou voltar a repetir, aquilo que fica associado a este projecto de Decreto Legislativo Regional, e isso sim é preciso sublinhar aqui, é que os senhores têm preocupação com quem ganha entre 1500 a 2000 euros por mês, não têm preocupação com os mais frágeis, os mais carecidos que ganham 500 ou 600 euros por mês.

Por isso para nós fica a tranquilidade da posição que assumimos, aquando da aprovação do orçamento, que assumimos em 22 de Dezembro e vamos voltar a assumir hoje.

Por isso só me apetece dizer uma coisa Sr. Presidente do Governo: que bom é não promover injustiças!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária da Educação e Formação, cumprimentando V. Exa.:

Sr. Deputado António Marinho, com certeza a minha primeira referência é um agradecimento por V. Exa. vir exactamente confirmar aquilo que eu tinha dito.

Portanto, agradeço-lhe a referência e a confirmação da verdade que efectivamente existe e que os senhores vão de desculpa em desculpa, mas estão num funil, começaram no bordo, vão andando, vão andando e já estão efectivamente na descendente, já passaram o espiral e estão afunilados na vossa incoerência.

Já estão afunilados na vossa atitude contra os açorianos.

Agora acrescento, é preciso lembrar que os senhores estão a ser fiéis, fiéis aos cortes dos salários, fiéis ao Orçamento de Estado que os senhores viabilizaram e portanto se os açorianos têm neste momento cortes nos salários, nas suas prestações sociais, aumentos de IRS, etc., como o senhor também gosta de dizer, os

senhores têm uma quota parte nessa matéria. Uma quota parte que é bom ser também dita aqui, por isso os senhores não podem ser a favor dessa medida. Pelo menos deviam ter a coragem de ser a favor dos açorianos e contra o PSD da República, mas não tiveram essa coragem.

Deputado Luís Garcia (PSD): De justiça! De coerência!

O Orador: Estão aqui numa atitude de submissão envergonhando a autonomia. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, pediu a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que o Sr. Deputado António Marinho insiste em dizer que a remuneração compensatória é uma medida isolada, entregarei na Mesa a lista de todas as medidas que serão implementadas ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Recebemos esse panfleto de campanha eleitoral em casa!

O Orador: ... para que seja entregue ao Grupo Parlamentar do PSD e ficamos todos a aguardar que o PSD também nos entregue as suas propostas para quem aufere menos de 1500 euros.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputado Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Marinho, referiu agora no início desta sua última intervenção, a estranheza pelas explicações, em cima de explicações, de todos os partidos que votaram favoravelmente esta remuneração compensatória, se desdobrarem em explicações o que será prova, de acordo com o raciocínio que o Sr. Deputado fez, que não têm razão.

Sr. Deputado, é exactamente o contrário. Por mais que sejam as explicações os senhores recusam a ceder à razoabilidade e à justiça de qualquer uma delas.

Portanto não há justificações a mais, há teimosia a mais da parte do Grupo Parlamentar do PSD nesta matéria.

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora vá para a rua ouvir as pessoas!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É mesmo cegueira!

A Oradora: Diz o Sr. Deputado António Marinho também, que esta é uma medida injusta, ... o discurso que vem desde o princípio.

Volto a lembrar, é mais uma vez repetir a explicação, mas diz-se que “água mole em pedra dura, tanto dá até que fura”, é a crença do povo e eu também tenho essa esperança: a injustiça é do vosso partido, foi praticada no orçamento de Estado, com o vosso conluio, com o vosso apoio exaltado e se calhar do vosso ponto de vista ainda foi pouco, se calhar ainda queriam mais.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é preciso desplante para acusar de injusta uma medida que pretende repor o roubo a que os trabalhadores foram sujeitos, acusando-a de injusta, quando os senhores estão comprometidos até à ponta dos cabelos, com este roubo e com esta injustiça.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

A Oradora: Parafrazeando o Sr. Deputado Artur Lima, eu diria que o PSD nesta matéria vai de desculpa em desculpa, para não reconhecer a culpa final.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção ainda mais breve.

Apenas para, em primeiro lugar, seguindo aquilo que a Sra. Deputada Zuraída Soares diz “água mole em pedra dura, tanto dá até que fura”, vou ler outra vez ao Sr. Deputado Artur Lima: “o Grupo Parlamentar do PSD votou contra a chamada remuneração compensatória, porque é uma medida injusta. Profundamente injusta. Atinge apenas 3 700 trabalhadores da administração regional, deixando de fora os trabalhadores de outros níveis da administração pública e os trabalhadores açorianos em geral”.

Sr. Deputado Artur Lima, ouviu agora?

Quanto ao resto, quanto a medidas isoladas, ninguém falou nisso. Isso foi uma coisa que o senhor inventou.

O que falámos foi numa medida injusta e a questão é que de desculpa em desculpa, nós não vamos ficar associados à injustiça dum medida que se preocupa apenas com os trabalhadores que ganham entre 1500 e 2000 euros por mês e deixam de fora os açorianos mais carecidos, os mais frágeis, os que enfrentam uma situação mais grave e que ganham 500 ou 600 euros. Nesses os senhores não pensam.

Deputado Mário Moniz (BE): Qual é a vossa proposta para eles?

O Orador: Pensam naqueles que ganham entre 1500 a 2000 euros.

Isso obviamente é o rótulo que vai ficar associado a este Projecto de Decreto Legislativo Regional e a quem o promoveu, apoiou e provavelmente irá votá-lo favoravelmente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mário Moniz (BE): A única resposta foi baixar os abonos de família e o rendimento social!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria perguntar ao Sr. Deputado António Marinho, como economista reputado que é, quanto é que uma pessoa que ganha 500 euros por mês paga de IRS?

Aí é que se vê a incoerência da vossa medida.

A vossa medida é que é demagógica, é demagogia pura. Usam e abusam dos mais pobres para vir justificar a vossa incoerência.

Isso é que é inaceitável. Isso é que é fazer pouco do povo.

Fico à espera que me diga, quanto é que uma pessoa que ganha 500 euros por mês, paga de IRS? Em que medida era afectada pela vossa proposta e o que é que poupava pela vossa proposta em IRS?

Isso em relação à proposta do orçamento.

Em relação a esta o senhor disse: zero! Rigorosamente, nada! Nem para sim, nem para não, nem para não.

É preciso também esclarecer aqui uma coisa, que o PSD tenta lançar uma nuvem para encobrir: na República, não foi uma abstenção do PSD. O PSD negociou o orçamento com o Governo da República. O PSD mandou os seus altos quadros negociar o Orçamento. O PSD fez proposta para o Orçamento da República.

Deputado Rui Ramos (PSD): Para minimizar o sofrimento das pessoas!

O Orador: O PSD contribui para este estado de coisas.

Portanto não é aceitável que venham dizer que fizeram uma abstenção.

Os senhores fizeram propostas, exigiram medidas e, foi público, para os senhores eram precisos mais 500 milhões de euros para satisfazer as vossas propostas.

É isso que os senhores têm que explicar, mas também não explicaram onde é que os iam buscar.

Portanto isso é que é irresponsabilidade e tem que ficar aqui dito e desmascarado, para os senhores não virem acusar os outros que estão a favorecer uns e prejudicar outros.

Deputado António Marinho (PSD): Essa é a verdade que os senhores não conseguem chegar!

O Orador: O que é triste é que os senhores nem favorecem uns, nem prejudicam outros, prejudicam toda a gente. A vossa teoria é prejudicar todos: na República e na Região.

O Sr. Deputado Jorge Macedo que está sempre muito atento com aquele sorriso *Pepsodent*, com as suas ex-responsabilidades governativas, talvez também viesse aqui dar algumas explicações, sobretudo quando V. Exa. teve um cargo que eu acho delicioso, Director Regional da Qualidade da Electricidade. Eu acho uma coisa magnífica! Isso é que era poupança nesse tempo! Nomear um *boy* para aferir da qualidade da electricidade.

Isso está numa biografia sua com a sua fotografia.

Eu gostaria de saber o que é que o senhor fazia na altura, se andava de busca-polos, de lar em lar, a aferir da qualidade da electricidade dos Açores.

Sr. Deputado, poupem-nos, pelo menos! Poupem-nos às vossas incoerências! Naturalmente devido à sua formação em engenharia mecânica devia estar a especializar-se para restaurar Donas Elviras.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É a primeira vez que intervenho e não posso deixar de cumprimentar a Dra. Cláudia Cardoso, nova Secretária Regional da Educação e Formação, a quem lhe desejo as maiores felicidades no desempenho das funções para que foi empossada há poucos minutos.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Obrigada!

O Orador: Relativamente à intervenção do Deputado António Marinho gostaria de dizer o seguinte: eu tenho de facto uma preocupação com os trabalhadores em geral...

Deputado António Marinho (PSD): Por aquilo que assinou não se nota, nem se nota com o seu voto!

O Orador: ... aliás é da natureza do PCP essa preocupação, quer se goste, quer não se goste.

O Sr. Deputado António Marinho insiste em não reconhecer que por exemplo, por parte do PCP, foi proposto um aumento de 2,1% para a remuneração complementar.

Mas não foi por isso que eu pedi a palavra, foi para lhe fazer um desafio e esse desafio é exactamente para ir de encontro a uma das grandes preocupações, que já hoje aqui foi repetida exaustivamente pelo Deputado António Marinho e que tem a ver com os trabalhadores em geral.

O PCP vai proximamente apresentar uma proposta para que o salário mínimo regional, ou melhor o valor de indexação ao salário mínimo nacional possa ser aumentado, de modo a que isso tenha um reflexo num aumento dos trabalhadores em geral, nomeadamente daqueles que ganham menos. O desafio fica feito.

Gostaria e estou aberto a que subscrevam essa proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional que nós vamos apresentar e então aí sim vamos ver se essa vossa preocupação com os trabalhadores em geral merece ou não apoio.

Deputado João Costa (PSD): Olhe o seu sentimento de culpa a funcionar! Acabou de o demonstrar!

O Orador: Aí sim, veremos se aquilo que os senhores papagueiam dessa bancada, relativamente aos trabalhadores em geral se concretiza numa medida concreta, porque até agora da vossa bancada, relativamente aos trabalhadores em geral veio zero.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os risos, os rodeios e as brincadeiras que foram feitos por parte de alguns só demonstram uma coisa, demonstram que realmente para além da injustiça, existe aqui insensibilidade relativamente a quem vive uma situação difícil.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não estamos a brincar!

O Orador: Não vou repetir novamente a tranquilidade com que estamos em não alinhar na injustiça de uma medida.

Quanto a si Sr. Deputado Aníbal Pires, deixe-me dizer-lhe, que o facto de dizer isso agora, revela perfeitamente o incómodo que o senhor tem em ter efectivamente assinado uma iniciativa e portanto ser um dos promotores, à qual o senhor pelos vistos reconhece agora que está associada a uma profunda injustiça.

Claramente, o senhor que é do PCP, partido dos trabalhadores e de todos os epítetos que normalmente costumam utilizar, com esta iniciativa preocupa-se com quem ganha entre 1500 e 2 000 euros.

Preocupação em relação aos que ganham 500 e 600 euros... Aquilo que o senhor faz com a promoção desta iniciativa, tenho que lhe dizer exactamente da mesma maneira, é zero.

Não revela preocupação com os mais carecidos, mas sim com quem ganha entre 1500 a 2000 euros.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, o senhor por mais que tente, uma mentira mil vezes repetida, nunca se vai tornar numa verdade.

Lamento mais uma vez que o seu papel nesta Assembleia e o papel menor que está legado do PSD/Açores é ser apenas um repetidor das posições do dia anterior do seu comentador, ex-líder do PSD, Marques Mendes, na TVI.

Vamos ser muito claros.

Esta medida não beneficia ninguém; esta medida não discrimina ninguém; esta medida não é injusta para nenhum funcionário público ou privado açoriano.

Se entendem assim, entendem que é injusto, é discriminatório repor o vencimento de quem o perdeu, se é esse o vosso conceito de justiça, se é esse o vosso conceito de equilíbrio estamos muito mal sobre esta matéria.

Como referi, e temos que pôr a questão onde ela existe, esta medida visa apenas repor o vencimento a quem tinha sido reduzido, por via do Orçamento de Estado.

A quem? Precisamente repor o vencimento perdido daqueles que ganhando menos iriam ter uma redução no seu vencimento, (repito: aqueles que ganhando menos iriam ter redução no seu vencimento). Com esta medida deixam de ter essa redução.

É efectivamente um conceito de justiça e de equilíbrio do ponto de vista social.

O que não é equilíbrio, nem justiça para ninguém é a vossa proposta de alteração.

Os senhores falaram aqui de trabalhadores com 600 euros, que não tem redução do seu vencimento, tiveram aumento da sua remuneração compensatória, mas esquecem-se que a vossa proposta de redução de IRS, faz pura e simplesmente isso, beneficia quatro vezes mais quem ganha 3 000 euros por mês em relação àqueles que ganham 600 euros, ou seja, a vossa proposta é efectivamente uma proposta de dar mais a quem ganha mais e dar menos a quem ganha menos.

Está aprovado o vosso sentido de equidade social e apenas estão contra esta proposta que une todos os partidos da esquerda, do centro e da direita, porque pura e simplesmente não a propuseram ou porque pura e simplesmente a Direcção Nacional do PSD não vos permite apoiar esta proposta.

Deputado João Costa (PSD): Por que será que ninguém acredita em si?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, injustas foram as medidas que foram penalizadoras para todos os trabalhadores portugueses, foram penalizadoras para os portugueses e aliás os efeitos dessas medidas estão a ser sentidos por todos nós.

Como eu há pouco lhe procurei explicar, a génese da injustiça está exactamente no facto de na República o PS e o PSD terem aprovado um orçamento Geral do Estado, onde essas medidas lá estavam consagradas, discriminando um sector dos trabalhadores portugueses, isto é, os trabalhadores da administração pública que ganham mais de 1 500 euros. Essa é que é a injustiça, essa é que é a discriminação, porque apenas uma parte da população portuguesa é afectada no seu salário, nos seus rendimentos por essa medida. Isso sim.

Não venha agora falar de injustiça nem de discriminação.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor está cheio de problemas!

O Orador: Eu sei que está incomodado, mas vai ter paciência e eu vou explicar-lhe novamente.

A posição do PCP, de princípio é esta. Nós subscrevemos todas as medidas que visem contrariar os efeitos e as medidas que os senhores subscreveram na República.

Não me respondeu ao desafio que lhe fiz na minha intervenção anterior, se quando o PCP apresentar o Projecto de Decreto Legislativo Regional, os senhores estão disponíveis. Fica aqui o desafio feito e se o quiserem subscrever podem subscrevê-lo para além depois de o quererem votar ou não.

Vou recordar-lhe novamente o seguinte: o PCP em sede de orçamento propôs: o aumento da remuneração complementar, foi aprovado em 2,1%, e propôs o aumento do complemento regional de pensão no valor de 60 euros, não mereceu acolhimento mas que se destinava exactamente para os trabalhadores, para os pensionistas que têm pensões miseráveis e necessitavam de ter pensões que lhes permitisse viver condignamente ao fim duma vida inteira de trabalho, ao serviço desta Região e deste País. Mas com isso os senhores não se preocupam rigorosamente nada.

Por outro lado, Sr. Deputado António Marinho, a remuneração complementar abrange os trabalhadores da administração pública regional e local que vencem entre os tais 500 euros e os 1 034 euros.

Portanto, o senhor por muito que queira está do lado da injustiça que foi criada para os trabalhadores da administração pública e agora não é capaz, ainda que a solução adoptada e as soluções que estão a ser encontradas na Região para reduzir o efeito discriminatório que a medida tem na sua génese, de se associar a ela.

Não é capaz, numa atitude serventuária, a uma direcção nacional do PSD que está coloiada com José Sócrates.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que ficou perfeitamente claro a posição do PSD, a falta de argumentos, o seu incómodo nessa matéria.

Talvez fosse bom ter ouvido o Sr. Deputado Clélio Meneses, como eminente jurista, a apoiar o seu líder parlamentar, que coitado começa a ficar cansado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Aqui não há problemas desses! Estamos todos unidos!

O Orador: Oh Sr. Deputado! Estão todos unidos! Nota-se!

(Risos do Deputado Artur Lima).

O senhor, finalmente, conseguiu ter aqui um momento de humor.

Os Deputados do PSD estão todos unidos! Nota-se, a começar pelo senhor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Em Dezembro vimos qual o Grupo Parlamentar que estava unido!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, não vou discutir mais argumentos com o CDS e com PSD, mas gostaria de lhe perguntar o seguinte:

Relativamente ao ser facultativo a adesão dos municípios, gostaria que me explicasse com rigor em que é que isto é mau. É a primeira pergunta que eu gostaria que o senhor me respondesse.

Por que é que acha que ser facultativo é pior que ser impositivo? Primeira pergunta, concreta e objectiva.

Segunda pergunta: quem ganha 500 euros, quanto é que paga de IRS por ano?

Dois perguntas simples, claras e objectivas.

Com todo o respeito pedia que me respondesse, tão simplesmente a estas duas singelas questões.

Presidente: O CDS terminou o seu tempo.

Não tenho mais inscrições.

Vamos passar à votação na generalidade do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos entrar agora no debate e votação na especialidade.

Estão a ser distribuídas duas novas propostas de alteração do CDS/PP, que substitui o artigo primeiro e tem uma proposta de alteração para o artigo 2º.

Se estiverem de acordo eu coloco à votação a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 1º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 2º..

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 2º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artº. 3º. da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artº. 3º. foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Passo para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: Pedido de autorização para depoimento, na qualidade de testemunha, do Deputado Artur Lima, nos autos do processo n.º 1330/10.9.TFLSB, a correr termos no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

O Sr. Deputado concorda, o relatório da respectiva Comissão concorda.

Vou colocar à votação o relatório da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a nossa última deliberação de hoje: “ A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Janeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde, bom regresso a vossas casas e até à próxima.

(Eram 12 horas e 54 minutos).

(Deputados que entraram durante a Sessão)

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo orador

Listagem da correspondência

1 – Projectos de Resolução:

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que opte por uma solução técnica incolor a preservação das Cantarias do Convento de São Boaventura em Santa Cruz das Flores](#)

Autor: CDS/PP

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011.02.28.

2 – PETIÇÕES:

Assunto: Aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de Julho

Autora: Maria Helena Machado Maurício Resendes

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011.03.28.

3 – Requerimentos:

Assunto: [Trilho, Fajã dos Vimes - Lourais - Fajã de São João, ao abandono!!!](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.01.26

Referência: 54.03.05 – N.º 408/IX;

Assunto: [Acesso à Vila da Povoação](#)

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.01.27

Referência: 54.01.02 – N.º 409/IX.

4– Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81.

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco